



Eletrobras
Eletrosul

ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Junho/2016

Concurso Público para provimento de vagas de **Direito**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'K11', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Cada um busca forças quando se defronta com obstáculos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer tipo de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

Inquilinos

Ninguém é responsável pelo funcionamento do mundo. Nenhum de nós precisa acordar cedo para acender as caldeiras e checar se a Terra está girando em torno de seu próprio eixo na velocidade apropriada e em torno do Sol, de modo a garantir a correta sucessão das estações. Como num prédio bem administrado, os serviços básicos do planeta são providenciados sem que se enxergue o síndico – e sem taxa de administração. Imagine se coubesse à humanidade, com sua conhecida tendência ao desleixo e à improvisação, manter a Terra na sua órbita e nos seus horários, ou se – coroando o mais delirante dos sonhos liberais – sua gerência fosse entregue a uma empresa privada, com poderes para remanejar os ventos e suprimir correntes marítimas, encurtar ou alongar dias e noites, e até mudar de galáxia, conforme as conveniências do mercado, e ainda por cima sujeita a decisões catastróficas, fraudes e falência.

É verdade que, mesmo sob o atual regime impessoal, o mundo apresenta falhas na distribuição dos seus benefícios, favorecendo alguns andares do prédio metafórico e martirizando outros, tudo devido ao que só pode ser chamado de incompetência administrativa. Mas a responsabilidade não é nossa. A infraestrutura já estava pronta quando nós chegamos.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 19)

1. Para bem comparar o funcionamento do mundo à boa administração de um prédio, o autor do texto se vale do fato de que, em ambos os casos,
- (A) as necessidades humanas imprimem a tudo as leis do mercado, a fim de evitar nossas falhas pessoais.
 - (B) a distribuição e a qualidade dos serviços costumam ser justas, salvo em casos excepcionais.
 - (C) a presença de um síndico só se faz sentir de modo positivo quando se trata de prevenir catástrofes.
 - (D) a infraestrutura se acomoda às necessidades dos usuários, não cabendo falar em incompetência administrativa.
 - (E) os serviços se oferecem com certa naturalidade, sem que se perceba a presença de um responsável.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor mostra-se descrente quanto à competência dos homens para administrar o funcionamento do mundo, tal como acusa o segmento *mesmo sob o atual regime impessoal*.
- II. As expressões *gerência (...) entregue a uma empresa privada e conveniências do mercado* ajudam a ilustrar o que entende o autor por *sonhos liberais*.
- III. Ao dizer que a *infraestrutura já estava pronta quando nós chegamos*, o autor exime a humanidade de responder pelo que seriam as falhas de funcionamento do mundo natural.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *correta sucessão das estações* (1º parágrafo) = apropriada estabilidade meteorológica.
- (B) *tendência ao desleixo* (1º parágrafo) = propensão para o descaso.
- (C) *coroando o mais delirante dos sonhos* (1º parágrafo) = sobrepujando as expectativas irracionais.
- (D) *mesmo sob o atual regime impessoal* (2º parágrafo) = ainda que personalizando o presente sistema.
- (E) *andares do prédio metafórico* (2º parágrafo) = escalas da engenharia habitacional.



4. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Se comparados o mundo e um prédio, notaríamos que a boa administração de ambos os casos dependeriam de que seus síndicos talvez devessem passar como se fossem pessoais.
 - (B) Tanto na ordem natural do mundo, como se dá também entre nós, existem injustiças que não dependem apenas de nossa participação, dado que algumas competem à própria natureza.
 - (C) O autor acredita de que os simpatizantes das causas liberais gostariam de gerenciar o mundo como se se tratassem de uma empresa privada, que poderiam organizar segundo seus próprios princípios.
 - (D) Não é fácil imaginar como seria o mundo caso os homens se constituíssem seus gerentes, em cuja administração fosse-lhes possível mudar os rumos da natureza ou mesmo suprimir-lhes as injustiças.
 - (E) Aos homens cabe sofrer não apenas as injustiças da ordem social que constituem, mas também os efeitos desiguais das intempéries ou dos benefícios da própria natureza.
-
5. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente atendidas na seguinte frase:
- (A) Não cabe aos responsáveis pelo mau funcionamento do mundo quaisquer tipos de sanção, uma vez que sequer logramos identificá-los.
 - (B) O desleixo e a improvisação, que na ordem humana constitui um defeito incorrigível, estão perversamente implicados na política e na economia.
 - (C) Torna-se difícil projetar as imagens de um mundo natural que fosse administrado pela consciência humana, à qual se devem as decisões mais injustas.
 - (D) Acabam por tornar visíveis as falhas do mundo natural o desequilíbrio injusto na distribuição dos favores e das desgraças que acometem a humanidade.
 - (E) Os liberais dizem que se devem confiar nas vantagens do livre mercado, cujo funcionamento por si só se responsabilizariam pela estabilidade da economia.
-
6. Há adequada correlação entre os tempos e os modos verbais presentes na seguinte frase:
- (A) A responsabilidade pelos defeitos do mundo só seria nossa caso já não estivessem prontos os elementos que constituem essa imensa infraestrutura, à qual todos estamos submetidos.
 - (B) Nenhum de nós terá qualquer responsabilidade na injusta distribuição dos males e benefícios do mundo, a menos que a algum de nós caberia a tomada de todas as decisões.
 - (C) Provavelmente o mundo natural apresentaria ainda mais falhas, se viermos a tomar as decisões que implicassem uma profunda alteração na ordem dos fenômenos.
 - (D) Quem ousará remanejar os ventos e suprimir correntes marítimas, se tais poderes estivessem à disposição dos nossos interesses e caprichos?
 - (E) Na opinião do autor do texto, o síndico ideal seria aquele cujos serviços sequer se notem, pois ele manterá com discrição sua eficiência e sua dedicação ao trabalho.

Atenção: As questões de números 7 a 9 referem-se ao texto seguinte.

Uma energia que vem de longe

O aproveitamento de recursos hídricos nas formas e em escala que conhecemos hoje só se tornou possível no final do século XIX, após o domínio das leis da mecânica dos fluidos, o consequente aperfeiçoamento das máquinas hidráulicas até o rendimento máximo e, por fim, o desenvolvimento da fantástica indústria da eletricidade. Sua história, porém, remonta à época da emergência daquelas civilizações, na Ásia e na África, das quais toda a cultura moderna é tributária, e está intimamente associada ao desenvolvimento dos primeiros grandes sistemas energéticos da humanidade, baseados na cultura irrigada de cereais.

(LOPES, Bernardina Reina, inédito)

7. Deve-se entender do texto que o aproveitamento de recursos hídricos
- (A) mantém-se tecnicamente tão eficaz quanto já o era ao tempo dos primeiros grandes sistemas energéticos.
 - (B) está dando uma contribuição decisiva para o surgimento da fundamental indústria da eletricidade.
 - (C) deve muito de seu atual estágio aos avanços resultantes do domínio da mecânica dos fluidos.
 - (D) remonta ao final do século XIX, quando se aperfeiçoou o sistema de irrigação da cultura de cereais.
 - (E) é tributário da cultura moderna e ainda se vale significativamente das técnicas das antigas civilizações orientais.
-
8. *Sua história, porém, remonta à época da emergência daquelas civilizações (...)*
O segmento acima ganha nova e correta redação, sem prejuízo para o sentido original, em:
- (A) Ainda assim, sua história retoma o caráter emergencial daquelas civilizações.
 - (B) Seu passado, portanto, prende-se ao tempo em que despontaram as antigas civilizações.
 - (C) Assim sendo, sua memória cola-se ao tempo dinâmico daquelas civilizações.
 - (D) Suas origens, todavia, encontram-se no tempo em que emergiram aquelas civilizações.
 - (E) Na época das antigas civilizações, por conseguinte, situa-se sua história.



9. Transpondo-se para a voz **ativa** a frase ***Efícazes sistemas de irrigação teriam sido utilizados pelos antigos em suas culturas de cereais***, a forma verbal resultante deverá ser
- (A) seriam utilizados.
 - (B) teriam utilizado.
 - (C) foram utilizados.
 - (D) utilizaram-se.
 - (E) haveriam de utilizar.
-
10. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados em:
- (A) O efeito de que as moças pretendem obter em suas fainas, ao fim e ao cabo realizam-se como pretendido.
 - (B) A técnica ilusória com cuja as moças contam acaba por se mostrar favorável diante do batatal.
 - (C) Consiste a magia das moças maoris, a cada plantação, de cantar e dançar para que se alcance os melhores resultados.
 - (D) A magia de um rito, cujá força as moças convocam no plantio, não as deixa frustrar-se.
 - (E) As sementeiras de batatas, de cujo plantio as moças se aplicam, estão sujeitas para com os efeitos do vento leste.
-

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

11. Uma calculadora diferente possui a tecla operatória \diamond , que faz a seguinte conta entre dois números, denotados aqui por A e B:
- $A \diamond B$ será igual ao produto de A por B se A for um número maior ou igual a B;
 - $A \diamond B$ será igual a $A^2 - B^2$ se A for um número menor que B.
- Usando essa calculadora, Marcos teclou $2 \diamond 5$ e, em seguida, usou o resultado apresentado pela calculadora, teclou \diamond , e depois teclou o número -22 . O resultado obtido por Marcos ao término das operações descritas foi
- (A) 925.
 - (B) 462.
 - (C) -43 .
 - (D) -384 .
 - (E) -638 .
-
12. Um representante de indústria farmacêutica possui certo número de amostras de um remédio para distribuir aos seus clientes. Depois de deixar $\frac{1}{5}$ dessas amostras em uma clínica, ele deixou $\frac{3}{8}$ das amostras que lhe restaram em um hospital. Sabendo-se que ao final das duas distribuições restaram-lhe 20 amostras, então, a quantidade de amostras que ele tinha inicialmente para distribuir era igual a
- (A) 200.
 - (B) 320.
 - (C) 1600.
 - (D) 40.
 - (E) 80.
-
13. Um comerciante comprou uma mercadoria com desconto de 25% sobre o valor tabelado pelo fornecedor. O comerciante deseja vender essa mercadoria por um preço tal que seja possível dar um desconto de 20% ao comprador e, ainda assim, que seu lucro seja de 10% sobre o preço que pagou. Nas condições descritas, o comerciante terá que colocar seu produto a venda por um preço x% superior ao preço tabelado do fornecedor, sendo que x é igual a
- (A) 3,225.
 - (B) 4,245.
 - (C) 2,825.
 - (D) 3,125.
 - (E) 6,105.
-



14. Observe os 15 primeiros termos de uma sequência:

1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, ...

Mantido o mesmo padrão, o 1000º termo dessa sequência será igual a

- (A) 1326.
- (B) 1252.
- (C) 1434.
- (D) 1250.
- (E) 1333.

15. A controladoria de uma empresa possui 27 funcionários, numerados de 1 até 9, três de cada número. Em certo dia, x desses funcionários foram alocados ao acaso para serviço externo da empresa. O menor valor de x para que se tenha certeza de que, dentre os funcionários da controladoria alocados para o serviço externo, haja pelo menos uma dupla de funcionários com o número 1 e uma com o número 2 é igual a

- (A) 18.
- (B) 14.
- (C) 25.
- (D) 15.
- (E) 26.

16. Alice, Bianca, Clara, Débora e Érica são amigas e sentam-se juntas e lado a lado no meio de uma fileira vazia do cinema com 15 lugares. Depois que todos se acomodam, verifica-se que:

- Bianca não se senta ao lado de Débora, mas em cada um dos seus lados está sentada uma das suas amigas.
- Ao lado de Érica há uma poltrona vazia.
- Sentada, Clara está na terceira poltrona à esquerda da poltrona de Érica.
- Há apenas duas poltronas ocupadas entre Alice e uma poltrona vazia.

Nas condições descritas, é correto afirmar que

- (A) Débora está sentada na poltrona do meio.
- (B) Bianca está sentada ao lado de Clara.
- (C) Alice está sentada ao lado de Clara.
- (D) Érica está sentada ao lado de Débora.
- (E) Clara está há três poltronas de Bianca.

17. Do ponto de vista da lógica, a negação da frase “alguns dos meus irmãos não vão ao cinema nos sábados à tarde” é

- (A) excetuando um dos meus irmãos, os demais vão ao cinema nos sábados à tarde.
- (B) alguns dos meus irmãos vão ao cinema nos sábados à tarde.
- (C) todos os meus irmãos não vão ao cinema nos sábados à tarde.
- (D) todos os meus irmãos vão ao cinema nos sábados à tarde.
- (E) somente um dos meus irmãos não vai ao cinema nos sábados à tarde.

18. Rafael comprou no mercado igual peso, em quilogramas, dos produtos A, B e C pagando, respectivamente, 35, 85 e 45 reais. O peso, em quilogramas, comprado de cada produto é um número natural. Sabe-se também que os preços por quilograma de cada um dos três produtos são três números naturais diferentes de R\$ 1,00, e diferentes uns dos outros.

Se a soma do preço (em reais) por quilograma dos três produtos está entre 12 e 20, então, o preço máximo por quilograma do produto A é igual a

- (A) R\$ 12,00.
- (B) R\$ 10,00.
- (C) R\$ 13,00.
- (D) R\$ 14,00.
- (E) R\$ 9,00.



19. Para ir de um ponto A até um ponto B, uma pessoa corre constantemente a razão de 8 quilômetros por hora, e para voltar de B até A, ela caminha constantemente a razão de 5 quilômetros por hora. Se o percurso de ida e volta durou 13 horas, sem intervalos de parada, a distância entre A e B, em quilômetros, é igual a
- (A) 18.
(B) 36.
(C) 80.
(D) 40.
(E) 60.
20. Em um salão estão presentes 25 pessoas. O menor número de pessoas que devem entrar no salão para que tenhamos nele, com certeza, pelo menos cinco pessoas que fazem aniversário em um mesmo mês é igual a
- (A) 24.
(B) 34.
(C) 23.
(D) 13.
(E) 14.

Noções de Informática

21. Para utilizar a internet de forma segura, um colaborador da Eletrosul deve
- (A) habilitar as opções que permitem abrir ou executar automaticamente arquivos ou programas anexados às mensagens.
(B) evitar usar criptografia para a conexão entre o leitor de *e-mails* e os servidores de *e-mail* do provedor.
(C) configurar opções de recuperação de senha fornecendo o endereço de *e-mail* corporativo e nunca fornecer o seu número de telefone celular.
(D) utilizar conexões seguras sempre que acessar o *webmail* e configurá-lo para que, por padrão, sempre seja utilizada conexão segura *https*.
(E) evitar acessar o *webmail* em computadores de terceiros e, caso seja realmente necessário, ativar o modo de navegação anônima.
22. Nos computadores com o sistema operacional Windows instalado, os controles de *zoom* permitem aumentar ou diminuir o tamanho de uma página *web* e, conseqüentemente, o tamanho do texto, podendo melhorar a legibilidade e prover acessibilidade a pessoas com baixa visão. Para aumentar o *zoom* no
- (A) Chrome mantém-se pressionada a tecla *Ctrl* e pressiona-se a tecla *Z* até se atingir o tamanho desejado.
(B) Firefox clica-se no menu Ferramentas e na opção Mais *zoom* até se atingir o tamanho de fonte desejado.
(C) Chrome, Firefox e Internet Explorer mantém-se pressionada a tecla *Ctrl* e aperta-se a tecla *+* no teclado numérico até se atingir o tamanho desejado.
(D) Firefox pressiona-se *Ctrl + Z*, no Chrome pressiona-se *Ctrl + seta para cima* e no Internet Explorer pressiona-se a tecla *F11* até se atingir o tamanho desejado.
(E) Internet Explorer mantém-se pressionada a tecla *Alt* e pressiona-se a *seta para cima* até se atingir o tamanho de fonte desejado.

23. É possível se conectar a um computador com o Windows a partir de outro computador com o Windows 7, em português, que esteja conectado à mesma rede ou à internet e acessar todos os programas, arquivos e recursos de rede remotamente.

Para conectar-se a um computador à distância, esse computador deverá estar ligado, deverá ter uma conexão de rede, a **I**... deverá estar habilitada, deve-se ter acesso de rede ao computador remoto (isso pode ocorrer por meio da internet) e deve-se ter permissão para se conectar (estar **II**). Antes de iniciar uma conexão, é recomendável pesquisar o nome do computador ao qual está se conectando e verificar se este tipo de conexão é permitida por meio **III**.

Caso a conta de usuário não exija uma senha para entrar, será necessário **IV** antes de iniciar uma conexão com um computador remoto.

As lacunas de **I** a **IV** são, correta e respectivamente, preenchidas com:

- (A) Área de Trabalho Remota – na lista de usuários – do *firewall* – adicionar uma senha
(B) Interface Assistência à Distância – em Usuários ou Grupos – do *hardware* – reiniciar o computador
(C) Interface de Acesso Remoto – em Grupos de Trabalho – da internet – digitar ENTER
(D) Área de Acesso à Distância – na lista de computadores – da rede – adicionar uma senha
(E) Interface de Acesso à Distância – em Usuários Remotos – do *firewall* – desativar o *firewall*



24. Ao se enviar arquivos pela internet há um método criptográfico que permite verificar se o arquivo foi alterado, ou seja, se teve sua integridade violada. Esse método, quando aplicado sobre as informações do arquivo, independente do seu tamanho, gera um resultado único de tamanho fixo. Assim, antes de enviar o arquivo pode-se aplicar esse método no conteúdo do arquivo, gerando um resultado A. Quando o arquivo é recebido pelo destinatário, pode-se aplicar novamente o método gerando um resultado B. Se o resultado A for igual ao resultado B significa que o arquivo está íntegro e não foi modificado; caso contrário, significa que o arquivo teve sua integridade violada. O método criptográfico citado é conhecido como
- (A) função de *hash*.
 (B) criptografia simétrica.
 (C) esteganografia.
 (D) criptografia assimétrica.
 (E) certificação digital.

25. Considere a planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2010 em português.

	A	B	C	D
1	Composição Acionária – Eletrosul			
2	Acionistas	Quantidade de Ações	Capital Social (R\$)	% de participação
3	Eletrobras	100993125	4289954	99,8767
4	Usiminas	57901	2461	0,0573
5	CEEE	49519	2105	0,0490
6	Copel	14195	601	0,0140
7	Celesc	1544	64	0,0015
8	CSN	1194	52	0,0012
9	Outros	320	13	0,0003
10				

(<http://www.eletrosul.gov.br/investidores/composicao-acionaria>)

Na célula D10 deseja-se somar os valores de % de participação apenas de Acionistas cujo Capital Social seja maior do que 2000. Para isso deve-se utilizar a fórmula

- (A) =SOMA (D4 : D10 ; >2000 ; E4 : E10)
 (B) =SE (D4 : D10 > 2000) ; SOMA (E4 : E10)
 (C) =SE (D4 : D10 ; >2000 ; SOMA (E4 : E10))
 (D) =SOMA (SE (D4 : D10 > 2000) ; E4 : E10)
 (E) =SOMASE (C3 : C9 ; ">2000" ; D3 : D9)

Atualidades

26. Considere o texto e os fatos a seguir:

A Anistia Internacional lançou, em fevereiro de 2016, seu relatório anual 'O Estado dos Direitos Humanos no Mundo', apresentando um balanço dos direitos humanos em uma centena de países, dentre eles, o Brasil. O Relatório aponta que muitos governos reduziram a proteção aos direitos humanos como parte de equivocadas medidas de segurança em seus respectivos países.

(Adaptado de: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/informe-anual-20152016-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo/>)

Aponta-se como ameaça aos direitos humanos

- (A) a expansão das redes sociais, responsáveis por arregimentar minorias em processo de exclusão social.
 (B) a ampliação dos programas de nucleares, sobretudo em países subdesenvolvidos asiáticos.
 (C) o fechamento de fronteiras como política de combate ao tráfico de drogas.
 (D) a disseminação dos ataques terroristas para além dos limites do Oriente Médio.
 (E) o surgimento da islamofobia como reação de partidos de extrema-direita à chegada de refugiados sírios.

27. *O anúncio do plebiscito que pode tirar o país da União Europeia – UE preocupou muito europeus que vivem no país. Preocupou também os brasileiros de dupla nacionalidade que têm passaportes desses países europeus. O motivo? As incertezas sobre como ficarão as leis de imigração após uma eventual saída da UE – e se os europeus terão direito de viver e trabalhar no país.*

(Adaptado de: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160222_brexit_brasileiros_lab)

O plebiscito será realizado

- (A) na Grécia.
 (B) no Reino Unido.
 (C) na Noruega.
 (D) na Bélgica.
 (E) na Irlanda.



28. Foi homologado, na última quinta-feira [05/05], o acordo de leniência da Andrade Gutierrez. A negociação foi iniciada em outubro de 2015.

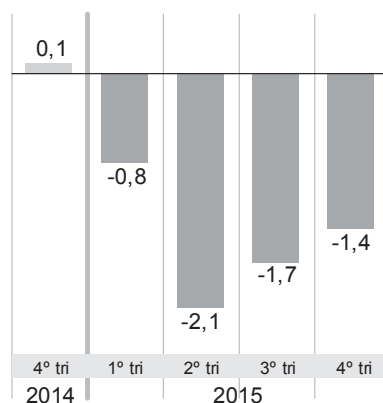
(Adaptado de: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/05/andrade-gutierrez-fecha-acordo-de-leniencia-5796352.html>)

O acordo de leniência é aquele em que

- (A) uma empresa solicita que o delito praticado em um determinado estado seja julgado pela Procuradoria Geral da República e em troca da federalização do julgamento a ré pode contribuir na solução do caso.
- (B) uma pessoa ou um grupo de pessoas sob investigação de crime político solicita a redução da pena a partir do pagamento de uma determinada quantia, em geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) um cartel de empresas de um mesmo ramo de atividades solicita o repatriamento de recursos que foram enviados para paraísos fiscais com o objetivo de reduzir as penalidades advindas da fuga de capitais.
- (D) uma empresa envolvida em algum tipo de ilegalidade de ordem econômica denuncia o esquema e se compromete na investigação obtendo, em contrapartida, benefícios, como redução de pena e isenção do pagamento de multa.
- (E) um acusado ou grupo de acusados que teve negado o benefício da delação premiada apela à Advocacia Geral da República – AGU para extinguir ou reduzir a penalidade invocando a defesa dos direitos humanos.

29. Considere o gráfico e às afirmações abaixo.

Brasil: Evolução do PIB por trimestres – 2015 (em %)



(<http://glo.bo/1XutzKp>)

- I. A queda pronunciada do setor agropecuário no decorrer de 2015 teve sérias repercussões sobre o PIB.
- II. Um dos fatores responsáveis pela queda do PIB foi a fraca demanda interna provocada pela diminuição da renda dos trabalhadores.
- III. O déficit da balança comercial brasileira no ano de 2015 contribuiu para a queda do PIB, principalmente no segundo semestre.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

30. Nesta sexta-feira (22/04), na sede das Nações Unidas, em Nova York, 175 países assinaram o Acordo de Paris contra a mudança climática. Jamais tantos países tinham assinado uma convenção internacional deste tipo no primeiro dia em que o texto foi aberto para que as nações comesçassem a aderir.

(Adaptado de: <http://glo.bo/1r5k8Ta>)

Dentre os principais pontos do acordo destaca-se o fato de que

- (A) os países devem trabalhar para que aquecimento global fique abaixo de 2 °C.
- (B) a porcentagem de corte de emissão de gases do efeito estufa deverá ser de 5 a 7% ao ano.
- (C) os países pobres e ricos devem estabelecer cortes de emissão de gases semelhantes.
- (D) os países insulares ameaçados pelo aquecimento global deverão ser indenizados até o final da década de 2020.
- (E) as terras setentrionais sob a calota polar devem ser administradas pela tropas da ONU.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

31. A empresa Construir S.A., após o respectivo procedimento licitatório, celebrou contrato administrativo com o Estado do Mato Grosso para a construção de importante obra pública naquele Estado. Todavia, em razão de inexecução parcial do contrato administrativo, a empresa foi sancionada com a declaração de inidoneidade para contratar com a Administração pública. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a reabilitação
- (A) deve, obrigatoriamente, ser requerida após dois anos de sua aplicação.
 - (B) será promovida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso, o Secretário Estadual.
 - (C) não exige, como condição para sua concessão, o ressarcimento de prejuízos causados à Administração.
 - (D) será promovida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso, o Governador do Estado.
 - (E) pode ser requerida após um ano da rescisão contratual, sendo irrelevante, para tanto, a data da aplicação da sanção.
-
32. A empresa de pequeno porte XYZ está participando de procedimento licitatório promovido pelo Estado de Rondônia. Por ocasião de sua participação no certame, apresentou toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal. O ente público licitante, ao constatar restrição na comprovação da regularidade fiscal, assegurará prazo para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o aludido prazo será de
- (A) 5 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a empresa for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração pública.
 - (B) 10 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o ente público licitante constatou a restrição, sendo tal prazo improrrogável.
 - (C) 5 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o ente público licitante constatou a restrição, prorrogável por igual período, a critério da Administração pública.
 - (D) 10 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a empresa for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração pública.
 - (E) 15 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o ente público licitante constatou a restrição, sendo tal prazo improrrogável.
-
33. O Estado de Santa Catarina pretende firmar contrato de parceria público-privada, na modalidade patrocinada, para a concessão de serviços públicos relacionados à área de energia elétrica. Cumpre salientar que mais de 70% da remuneração do parceiro privado será paga pela Administração pública. A concessão pretendida
- (A) independe de autorização legislativa, mas é necessária a submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública.
 - (B) deve ser precedida de licitação, na modalidade concorrência, não sendo necessário, no caso, a submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública.
 - (C) é inviável, por não ser permitido contrato de parceria público-privada em que mais de setenta por cento da remuneração do parceiro privado seja paga pela Administração pública.
 - (D) dependerá de autorização legislativa geral, por ser imprescindível o aval do Poder Legislativo em concessões desta espécie.
 - (E) dependerá de autorização legislativa específica.
-
34. Josefina, servidora pública estadual, representou à autoridade administrativa competente acusando Bento, Diretor de autarquia, da prática de ato de improbidade administrativa, pleiteando, assim, que fosse instaurada a respectiva investigação. Ocorre que Josefina sabia da inocência de Bento, tendo formulado a citada representação por vingança, razão pela qual foi regularmente processada e condenada criminalmente à detenção de doze meses e multa. A propósito dos fatos e, nos termos da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que
- (A) a pena de detenção não está correta, pois fixada em prazo equivocado; do mesmo modo, incorreta a multa, que é incabível na hipótese narrada.
 - (B) Josefina não deveria ter sido condenada por crime, mas sim, por improbidade administrativa.
 - (C) a pena de detenção está incorreta, pois não pode superar dez meses.
 - (D) a pena de detenção está correta; no entanto, a multa é incabível na hipótese narrada.
 - (E) não cabe pena de detenção na hipótese narrada, mas sim, reclusão e multa.

**Direito Constitucional**

35. Considere a seguinte situação hipotética: João, Presidente da República, necessita se ausentar do País, por trinta dias, a fim de participar de importante simpósio entre países que integram o Mercosul. Nos termos da Constituição Federal,
- (A) compete exclusivamente ao Senado Federal autorizar João a se ausentar do País.
 - (B) não se faz necessária qualquer autorização para a ausência de João, vez que não excede trinta dias.
 - (C) compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar João a se ausentar do País.
 - (D) é da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal autorizar João a se ausentar do País.
 - (E) compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar João a se ausentar do País.
-
36. Considere a seguinte situação hipotética: Gilberto é Presidente da República e Vera Vice-Presidente da República. Gabriela é Presidente da Câmara dos Deputados, Ursula é Presidente do Supremo Tribunal Federal e Soraya é Presidente do Senado Federal. Em caso de impedimento de Gilberto e de Vera serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência
- (A) Gabriela, Soraya e Ursula.
 - (B) Gabriela, Ursula e Soraya.
 - (C) Soraya, Gabriela e Ursula.
 - (D) Ursula, Gabriela e Soraya.
 - (E) Soraya, Ursula e Gabriela.
-
37. O Supremo Tribunal Federal
- (A) terá em sua composição Ministros com no mínimo trinta e no máximo sessenta e cinco anos de idade.
 - (B) tem competência para processar e julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os membros dos Tribunais Regionais Federais.
 - (C) terá seus Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.
 - (D) tem competência para processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição da Câmara dos Deputados.
 - (E) tem competência para processar e julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os membros do Ministério Público da União que oficiem perante Tribunais.
-
38. O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatorze membros, dentre eles,
- (A) quatro membros do Ministério Público da União, e quatro membros do Ministério Público dos Estados.
 - (B) dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) dois advogados, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
 - (D) um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) cinco membros do Ministério Público da União, e cinco membros do Ministério Público dos Estados.

Direito Ambiental

39. No Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA
- (A) possuem força normativa.
 - (B) vinculam a Administração pública, mas não o particular.
 - (C) vinculam o particular, mas não a Administração pública.
 - (D) vinculam o particular e a Administração pública se forem ratificadas por decreto.
 - (E) vinculam o particular e a Administração pública se forem ratificadas por lei.
-
40. O empreendedor pretende construir uma usina hidrelétrica cuja área alagada atingirá os estados de Santa Catarina e Paraná. Haverá supressão de vegetação em parte do empreendimento inserida em uma Área de Proteção Ambiental – APA instituída pelo estado do Paraná. No licenciamento ambiental, a competência para autorizar a supressão de vegetação será
- (A) do Estado do Paraná.
 - (B) do Estado do Paraná em conjunto com o Estado de Santa Catarina.
 - (C) da União.
 - (D) da União com anuência do Estado do Paraná.
 - (E) do Estado do Paraná com anuência da União.
-
41. Para a implantação de um empreendimento de geração de energia, declarado como de utilidade pública, será necessária a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica. A pretendida supressão
- (A) será autorizada nos autos do processo de licenciamento ambiental.
 - (B) não será autorizada.
 - (C) será autorizada em procedimento administrativo próprio desde que esteja comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional.
 - (D) será autorizada em até 30% da área pretendida.
 - (E) somente será autorizada se houver anuência dos três entes da federação (União, Estado e Município afetados).

**Direito da Empresa**

42. Analise os seguintes enunciados em relação à atividade empresarial:

- I. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- II. Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- III. É facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- IV. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não sejam casados sob o regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

43. Em relação à sociedade limitada, é correto afirmar:

- (A) Seu contrato social só poderá prever sua regência supletiva pelas normas da sociedade em nome coletivo.
- (B) O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes.
- (C) O valor da quota do sócio pode ser estabelecido em prestação de serviços de sua especialidade, desde que condizente com a finalidade da sociedade.
- (D) Seus administradores necessariamente devem ser sócios, vedada a designação de quem não o sejam.
- (E) Na omissão do contrato, o sócio não pode ceder sua quota, salvo se totalmente a outro sócio, defesa a cessão a estranhos.

44. Quanto aos títulos de crédito, é correto afirmar que

- (A) fica validamente desonerado o devedor que paga título de crédito ao legítimo portador, no vencimento, sem oposição, independentemente de boa-fé.
- (B) a omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- (C) dar-se-á em 30 dias o vencimento do título que não contenha indicação a respeito.
- (D) o título incompleto ao tempo de sua emissão não poderá ser preenchido posteriormente, pois ao tempo da emissão todos os dados devem estar indicados.
- (E) seu pagamento, que contenha obrigação de pagar uma soma determinada, pode ser garantido por aval, que deve ser dado no verso ou anverso do próprio título.

45. Em relação às sociedades anônimas,

- (A) as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição; as ações ordinárias da companhia fechada e as ações preferenciais da companhia aberta e fechada poderão ser de uma ou mais classes.
- (B) desde que previsto no estatuto, a sociedade anônima poderá participar de outras sociedades, como forma de realizar seu objeto social.
- (C) o estatuto da companhia fixará o valor do capital social, expresso em moeda nacional e imutável, salvo por sua correção monetária anual.
- (D) o capital social da sociedade anônima será formado necessariamente em pecúnia, somente.
- (E) o subscritor ou acionista não responderá pela solvência do devedor quando a entrada para a formação do capital social consistir em crédito.

**Direito Regulatório de Energia**

46. No tocante à ANEEL considere:

- I. É uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado.
- II. Possui em sua direção um Diretor-Geral e quatro Diretores, em regime de colegiado.
- III. É permitido exercer cargo de direção na ANEEL membro do conselho de administração, fiscal ou de diretoria executiva em empresa concessionária ou permissionária que seja regulamentada ou fiscalizada pela autarquia.
- IV. A ANEEL somente aceitará como bens reversíveis da concessionária ou permissionária do serviço público de energia elétrica aqueles utilizados, exclusiva e permanentemente, para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com a Lei nº 9.427/1996, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

47. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, a subconcessão é

- (A) admitida, nos termos previstos no contrato de concessão, independentemente de autorização do poder concedente, mas o subconcessionário não se sub-rogará nos direitos da subconcedente.
- (B) expressamente vedada, independentemente de autorização pelo poder concedente.
- (C) admitida, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, mas o subconcessionário não se sub-rogará, em qualquer hipótese, nos direitos da subconcedente.
- (D) admitida, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, sendo que a outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.
- (E) admitida, nos termos previstos no contrato de concessão, independentemente de autorização do poder concedente, e o subconcessionário se sub-rogará nos direitos da subconcedente.

Direito Civil e Processual Civil

48. A empresa Eletrosul ajuizou ação de indenização contra a empresa "X", contratada para execução de uma obra de grande complexidade no Estado de Santa Catarina, obra esta que não foi executada dentro do prazo estabelecido em contrato. Ao final da demanda a ação é julgada procedente e a empresa demandada condenada ao pagamento da indenização, bem como das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios. Pretendendo cobrar da empresa "X" os valores que despendeu um juízo no curso do processo, a Eletrosul deverá exercer esta pretensão a partir da data do trânsito em julgado, e deverá observar o prazo prescricional de

- (A) 5 anos.
- (B) 4 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) 1 ano.

49. José é casado com Maria com quem tem dois filhos. José e Maria não são proprietários de qualquer imóvel urbano e rural, mas são possuidores de um imóvel urbano com 300 m² de área total na periferia de uma determinada cidade e nele estabelecem a moradia habitual de sua família, construindo uma casa e diversas benfeitorias. Neste caso, à luz do Código Civil considerando que a posse se deu sem qualquer interrupção e nem oposição, José e Maria poderão adquirir a propriedade imóvel pela usucapião após o decurso do prazo mínimo ininterrupto de

- (A) 20 anos.
- (B) 15 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) 3 anos.



50. Manoel ajuizou ação indenizatória contra Joaquim e o feito tramita regularmente em uma das varas cíveis da comarca de Florianópolis-SC. No curso do processo, Joaquim, através de seu advogado, altera a verdade dos fatos e provoca incidentes manifestamente infundados. Neste caso, o Magistrado que preside o feito deverá, de ofício, ou a requerimento da outra parte, considerar Joaquim litigante de má-fé e condená-lo a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que ela efetuou, além de pagar multa, em regra,

- (A) superior a 1% e inferior a 20% do valor corrigido da causa.
- (B) não excedente a 1% sobre o valor corrigido da causa.
- (C) superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa.
- (D) não excedente a 2% sobre o valor corrigido da causa.
- (E) não excedente a 5% sobre o valor corrigido da causa.

51. Analise as seguintes assertivas sobre a intervenção de terceiros à luz do Código de Processo Civil:

- I. Na assistência simples sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissa a assistência, o assistente será considerado seu gestor de negócios.
- II. Tratando-se de denunciação da lide admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação.
- III. A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica é dispensada se o requerimento for apresentado na petição inicial.
- IV. A intervenção do *amicus curiae* determinada pelo juiz de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, poderá acarretar modificação de competência e autoriza a interposição de recursos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III.

52. Paulo ajuizou ação de cobrança contra Pedro, julgada procedente em primeiro grau de jurisdição. O processo tramita pelo meio eletrônico. Inconformado com a r. sentença Pedro apresenta recurso de apelação dentro do prazo legal, mas não comprova no ato da interposição do recurso, o recolhimento do preparo. Neste caso,

- (A) o Magistrado deverá aplicar imediatamente a pena de deserção à Pedro.
- (B) Pedro será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro do valor do preparo, dispensado o porte de remessa e retorno, sob pena de deserção.
- (C) Pedro será intimado, na pessoa de seu advogado, para recolher o valor do preparo, inclusive porte de remessa e retorno, sob pena de deserção.
- (D) Pedro será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro do valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.
- (E) Pedro será intimado, na pessoa de seu advogado, para recolher o valor preparo, dispensado o porte de número e retorno, sob pena de deserção.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

53. Conforme legislação trabalhista e súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, sobre o repouso semanal remunerado e os intervalos intrajornada e interjornadas é correto afirmar:

- (A) O direito ao repouso semanal remunerado é constitucionalmente garantido e não está vinculado ao cumprimento integral do horário de trabalho durante toda a semana anterior.
- (B) a remuneração do repouso semanal corresponderá para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço, sem computar as horas extraordinárias prestadas habitualmente.
- (C) nos serviços no interior de câmaras frigoríficas ou que movimentam mercadorias do ambiente quente para o frio e vice-versa, após 1 hora e 30 minutos de trabalho contínuo é assegurado o repouso não remunerado de 15 minutos.
- (D) nos serviços de permanentes de digitação, que são equiparados aos serviços de mecanografia, a cada 1 hora e 40 minutos de trabalho consecutivo é assegurado repouso remunerado de 20 minutos.
- (E) é inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada para repouso ou alimentação porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública, infensa à negociação coletiva.



54. Hermes firmou contrato de trabalho com a empresa Apogeu Industrial S/A para desempenhar as funções de diretor nacional de vendas. Ficou ajustado entre as partes o pagamento de um valor fixo, comissões sobre vendas, gratificações, diárias para viagens em valor que corresponde a 60% do importe fixo, além dos seguintes benefícios: automóvel, notebook com acesso ilimitado à internet para concretização de vendas e contatos com vendedores da empresa, curso de pós-graduação incluindo mensalidades, livros e material didático. De acordo com as normas celetistas e a orientação jurisprudencial sumulada pelo TST sobre salário e remuneração,
- (A) integram o salário a importância fixa estipulada, as comissões e gratificações, não se incluindo as diárias para viagem e as gratificações ajustadas.
 - (B) o curso de pós-graduação fornecido como utilidade ao empregado terá natureza salarial, em razão de não estar restrito as mensalidades, incluindo livros e material didático.
 - (C) será considerado salário a utilidade concedida pelo empregador ao empregado a título de ferramenta de trabalho, utilizado no local de trabalho para a prestação dos serviços.
 - (D) o pagamento do salário, seja qual for a modalidade do trabalho, não poderá ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões e gratificações; mas o pagamento de comissões só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem.
 - (E) o veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensável para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, salvo se utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
-
55. Segundo o regramento trabalhista e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, sobre prescrição é INCORRETO afirmar:
- (A) A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança do regime.
 - (B) O prazo prescricional do direito de reclamar contra não recolhimento da contribuição do FGTS é trintenário, observando-se o quinquênio contado da extinção contratual.
 - (C) O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu trânsito em julgado.
 - (D) Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data de extinção do contrato.
 - (E) O reconhecimento do vínculo de emprego não se prescreve uma vez que possui natureza meramente declaratória e está inserido no âmbito das ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.
-
56. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho aplicáveis a matéria,
- (A) a regra da competência das Varas do trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.
 - (B) a competência da Vara do Trabalho se dá pelo local em que o empregado tenha domicílio, como regra, em razão do princípio da proteção ao trabalhador.
 - (C) quando for parte na ação agente ou viajante comercial, a competência da Vara do Trabalho será determinada pelo local onde está sediada a matriz da empresa.
 - (D) não compete à Vara do Trabalho o julgamento dos dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.
 - (E) as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho não estão abrangidas na competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Comum Federal.
-
57. A doutrina conceitua a terceirização como sendo a contratação de trabalhadores por interposta pessoa, ou seja, o serviço é prestado por meio de uma relação triangular da qual fazem parte o trabalhador, a empresa prestadora de serviços e a tomadora destes serviços. Nesta seara, conforme entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal em caso de trabalho temporário da Lei nº 6.019/74, formando-se o vínculo diretamente com a empresa de trabalho temporário.
 - (B) não havendo pessoalidade e subordinação direta no caso de contratação dos serviços de vigilância, de conservação e limpeza não se forma o vínculo de emprego com o tomador, o que não ocorre nos casos de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador.
 - (C) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração pública direta, indireta ou fundacional, diante da previsão contida no artigo 37, II da Constituição Federal do Brasil.
 - (D) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica em responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, ainda que não tenha participado da relação processual.
 - (E) a responsabilidade dos entes da Administração pública sobre as obrigações trabalhistas não cumpridas pelo empregador é subsidiária, independentemente de verificação de conduta culposa ou fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora do serviço como empregadora.

**Direito Tributário e Processual Tributário**

58. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, operações com energia elétrica
- (A) não estão sujeitas à incidência do ICMS, até um determinado limite de consumo, quando esse consumo for residencial.
 - (B) sofrem a incidência do ICMS e do IPI, quando se tratar de operações internas, e apenas a incidência do IPI, quando se tratar de operações interestaduais.
 - (C) estão sujeitas à incidência do ICMS, quando destinarem essa mercadoria a empresas distribuidoras de outros Estados, e a energia for proveniente de fontes não renováveis.
 - (D) não estão sujeitas à incidência do ICMS, no momento da entrada no território do Estado destinatário, quando essa mercadoria não for destinada à comercialização ou à industrialização.
 - (E) estão sujeitas à incidência, apenas, dos seguintes impostos: ICMS, Imposto de Importação e Imposto de Exportação.
-
59. O Código Tributário Nacional, em alguns de seus dispositivos, faz referência à incidência de juros de mora e à atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo. Considere as afirmações abaixo.
- I. Constitui majoração de tributo, a incidência de juros sobre o crédito tributário constituído e a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
 - II. A observância das normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
 - III. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, da atualização do valor da base de cálculo do tributo e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
 - IV. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário, pelos juros de mora acrescidos e pela atualização do valor da base de cálculo do tributo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II.
 - (D) III.
 - (E) IV.
-
60. O Decreto federal nº 70.235, de 06 de março de 1972, disciplina o processo administrativo fiscal e dá outras providências. O Capítulo III desse Decreto, que trata das nulidades relacionadas com esse processo, dispõe que
- (A) a nulidade de qualquer ato não prejudica os anteriores a ele, mas prejudica todos os posteriores.
 - (B) a nulidade não poderá ser declarada por autoridade incompetente para praticar o ato ou para julgar a sua legitimidade.
 - (C) a autoridade julgadora não pronunciará a declaração de nulidade, nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta, quando puder decidir do mérito a favor da Fazenda Pública, a quem aproveitaria essa declaração de nulidade.
 - (D) na declaração de nulidade, a autoridade poderá dizer os atos alcançados por essa declaração, cabendo à autoridade imediatamente superior a ela determinar as providências necessárias ao prosseguimento ou à solução do processo.
 - (E) os despachos e decisões proferidos com preterição do direito de defesa são nulos, mas não o são os proferidos por autoridade incompetente.